

**GABINETE DO VEREADOR FLORIANO PESARO**  
**DATA: 5/08/2014 – DISCURSO 5'**

## **Assistência Social perde 40% da verba na Gestão Haddad e metas para área não avançam**

Sr. Presidente, nobres Vereadores, telespectadores da Tv Câmara São Paulo. Boa tarde.

O PT gosta de dizer por aí que é o partido que olha para as classes menos favorecidas, que pensa no lado social mais do que qualquer outro partido. Este é, no meu entender, apenas mais um de seus muitos discursos demagógicos. E digo isso baseado em fatos: o orçamento para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social teve corte superior a 40% na verba para despesas.

No ano passado o orçamento foi de R\$ 340 milhões e agora é de mirrados R\$ 196 milhões. O impacto deste corte é sentido diariamente na vida dos paulistanos que carecem destes serviços, mas também pode ser percebido ao

analisarmos o plano de metas estabelecido pelo prefeito com as ações que devem ser realizadas até 2016.

Dos cinco objetivos mais atrasados, três são atribuições da pasta.

Para efeitos de comparação, quando fui Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade, o orçamento da pasta cresceu mais de 240% em 4 anos. (Passou de R\$ 163,7 milhões em 2004; para R\$ 556,7 milhões em 2007).

Vejam o tamanho do retrocesso pelo qual estamos passando.

Para quem diz que o PSDB não olha para as políticas de Assistência e Desenvolvimento, está aí uma comparação com base em dados e que, obviamente, se reflete na vida dos cidadãos

Com este retrocesso orçamentário a cidade deixa de avançar, também, na implementação de políticas públicas capazes de reduzir a impactante diferença social com que somos obrigados a conviver diariamente.

Tamanho é este abismo social que, de um lado, temos Moema – com renda média de R\$ 5.362. De outro, temos Marsilac – bairro em que uma pessoa sobrevive com, em média, R\$ 416.

Ou seja, o morador de Moema vive com 13 vezes mais renda do que o morador de Marsilac. Isso na mesma cidade.

É preciso entender que a pobreza não é apenas fruto da falta de renda como grande parte das pessoas pensa.

Uma série de carências faz com que o ciclo de pobreza não consiga ser rompido de forma efetiva em nosso país, que optou por um Bolsa-Família meramente assistencialista – fugindo dos moldes do Bolsa-Escola Federal, que previa contrapartidas efetivas e monitoradas para o recebimento do benefício.

Uma das carências que gera e alimenta o ciclo da pobreza é, sem dúvida, a educação. Mais especificamente a falta de acesso à educação de qualidade.

Por aqui, apenas 43% dos adultos entre 25 e 64 anos possuem o equivalente ao diploma de ensino médio. É muito

menos do que a média da OCDE (75%). É bem menos do que o nosso vizinho Chile, onde 72% da população alcança essa faixa escolar.

A tristeza é que a situação não está melhorando muito. Entre os jovens de 25 a 34 anos, apenas 57% terminaram o segundo grau, contra 82% na comparação internacional.

Além disso, o país é o que tem o pior desempenho no Pisa, o exame internacional que compara o desempenho acadêmico de alunos de 15 anos, entre os 36 países analisados pela OCDE.

A nota média brasileira é 406, menor do que a média da OCDE (497) e muito atrás da elite mundial, como Finlândia (529) e Japão (538).

A realidade é complexa e fundamentalmente estratégica para repensarmos a disparidade social e o dinamismo econômico de nosso país.

Não faço parte do bloco do quanto pior melhor. Da oposição irresponsável. Temos que divulgar este estudo para que as pessoas saibam a real situação do país e possamos pensar, juntos, em soluções.

A pobreza é resultado de uma soma de carências e para combatê-la uma cesta de serviços capazes de suprir essas demandas deve ser oferecida. Mas como fazer isso com uma Secretaria que está sendo colocada em segundo plano pela atual administração municipal?

Entender a importância estratégica da Assistência e do Desenvolvimento Social é perceber que suas ações impactam diretamente na saúde da população, na segurança pública e na qualidade de vida de todos nós.

Ao passo que a prefeitura corta recursos desta pasta estratégica, nós da oposição lutamos por mais. Por isso, apresentei aqui nesta Casa Legislativa o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 02/2009. Com sua aprovação vamos garantir a aplicação de 5% do orçamento para a área de promoção e assistência social. O Projeto de Emenda à Lei Orgânica prevê que a aplicação da verba deverá ser gradativa, atingindo patamar mínimo de 5% em 5 anos.

Obrigado.